

Uma proposta: acabar de vez com o FMI.

O secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Paulo Tarso Flecha de Lima, propôs ontem a criação de uma nova agência internacional que substitua o Fundo Monetário Internacional e "de fato apresente soluções", já que o FMI, após 40 anos de existência, tornou-se "incapaz e sem dimensão para oferecer soluções adequadas e globais para a questão do endividamento". Segundo Paulo Tarso, a incapacidade do FMI está obrigando os países a recorrerem à via bilateral.

Para o embaixador, que falou na abertura do VI Seminário sobre Aspectos Jurídico-Legais das Operações Financeiras no Comércio

Internacional, em Belo Horizonte, há necessidade urgente de serem repensadas as bases do FMI, cuja incapacidade é um reflexo da crise que atinge o direito internacional.

Explicou que o direito no campo internacional visa à convivência harmônica entre as nações, mas seus mecanismos têm sido pouco usados nos conflitos contemporâneos, principalmente nos casos da América Central e Golfo Pérsico, representando uma atitude regressiva nas relações comerciais e financeiras. "Há profunda crise no multilateralismo, voltamos ao bilateralismo, e o poder econômico é quem está determinando o jurídico, em detrimento da Justiça." Se-

gundo Paulo Tarso, o corte entre Direito e Justiça é cada vez mais profundo e o Direito só é válido quando instrumento da Justiça, o que não está existindo mais.

Com realação às negociações no âmbito do Gatt, em curso no Uruguai, disse que estão caminhando, com um progresso difícil e demorado, porque vêm perseguindo prioritariamente uma discussão ampla sobre as barreiras alfandegárias. Segundo ele, está sendo muito difícil se formular uma metodologia de negociações, conforme pretendido, mas já se verificam alguns avanços significativos nas discussões em relação à exportação e políticas agrícolas.